

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM TÉCNICAS
LABORATORIAIS EM SAÚDE

GABRIEL DE ALMEIDA BRUM

ESTUDO SOBRE UMA VISÃO MATERIALISTA DA MENTE: O FISCALISMO

Rio de Janeiro

2012

Gabriel de Almeida Brum

ESTUDO SOBRE UMA VISÃO MATERIALISTA DA MENTE: O FISCALISMO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola Politécnica de Saúde
Joaquim Venâncio como requisito parcial
para aprovação no curso técnico de nível
médio em saúde com habilitação em
Análises Clínicas

Orientador: Alexander de Carvalho

Rio de Janeiro

2012

Gabriel de Almeida Brum

ESTUDO SOBRE UMA VISÃO MATERIALISTA DA MENTE: O FISCALISMO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola Politécnica de Saúde
Joaquim Venâncio como requisito parcial
para aprovação no curso técnico de nível
médio em saúde com habilitação em
Análises Clínicas

Aprovado em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

(Ms. Alexander de Carvalho – FIOCRUZ/EPJ/SV/LABFORM)

AGRADECIMENTOS

A conclusão de um trabalho representa, sobretudo, o fim de um período da vida. Sem o auxílio de algumas pessoas, colocar o último ponto final no presente escrito teria sido impossível; de modo que estas, indiretamente, contribuíram para o desenlace de um percurso e o início de outro. A elas, dedico-lhes meus sinceros votos de gratidão.

Quero, primeiramente, agradecer àquela que mais tem me ajudado: minha mãe, Vera Lúcia, a qual, como seu nome indica, atua como verdadeira luz. Também à minha família próxima, que, por ter me acompanhado a vida inteira, influenciando de maneira significativa na formação da minha pessoa, merece o meu carinho: minhas irmãs, Camila e Thaís, meu pai, Leonir, e minha tia, Letícia.

A duas pessoas, que, apesar de não serem do meu convívio íntimo, sempre demonstraram preocupação, oferecendo a mim assistência nos intermitentes momentos de insegurança: Mônica Murito, do LATEC e Cátia Aparecida de Miranda, minha supervisora de estágio curricular no INCQS/ Fiocruz.

Por fim, aos meus queridíssimos amigos da EPSJV, sem o desvelo dos quais estes três anos teriam menos sentido, menos alegrias e... menos vida.

“[...] a mais perfeita filosofia do tipo natural apenas protela a nossa ignorância por um pouco mais, assim como a mais perfeita filosofia do tipo moral ou metafísico talvez sirva apenas para descobrir porções mais largas dela.”

(David Hume)

RESUMO

O objetivo deste estudo é apresentar uma dicotomia que permeia a filosofia da mente, a saber: o dualismo de substância, preconizado pelo filósofo moderno Descartes, e o fisicalismo, corrente da filosofia da mente que defende a subordinação das propriedades psicológicas às propriedades físicas. Para tanto, buscou-se compreender a gênese da ciência moderna, a qual proporcionou a intervenção efetiva da realidade, inclusive de aspectos comportamentais humanos, com o advento da psicologia, neurologia, neurociência e outros estudos. Aliada a esta intervenção, encontra-se a necessidade de compreender a relação existente entre os aspectos físicos e os psicológicos do sujeito, a que se chama problema mente-corpo. A filosofia da mente encarrega-se de estudar tal problema. Analisaram-se no presente trabalho duas maneiras opostas de compreendê-lo: uma que defende a submissão do âmbito físico ao âmbito subjetivo, o dualismo de substância, e outra que defende a aproximação destes, o fisicalismo.

Palavras-chave: Ciência moderna. Dualismo de substância. Empirismo. Filosofia da mente. Fisicalismo. Metafísica.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
1.1 A CIÊNCIA MODERNA.....	08
1.2 A FILOSOFIA DA MENTE.....	10
2 DESENVOLVIMENTO	12
2.1 O DUALISMO CARTESIANO.....	12
2.1.1 O interacionismo cartesiano.....	13
2.1.2 Principais críticas ao dualismo cartesiano.....	14
2.2 O FISCALISMO.....	16
2.2.1 Definição.....	16
2.2.2 Classificações do fiscalismo.....	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22

1 INTRODUÇÃO

1.1 A CIÊNCIA MODERNA

O problema da questão mente-corpo, entendida como a investigação filosófica a respeito da relação dos sujeitos com a corporeidade que assumem, remonta à Antiguidade. Pode-se dizer que Platão, com o desenvolvimento da teoria das ideias, foi o primeiro que, sistematicamente, propôs uma solução filosófica para tal. Entretanto, ainda que esta discussão não seja recente, é inequívoco afirmar que foi conferido a ela maior impulso no período moderno (séculos XV-XVII). De modo que, para compreender o surgimento da filosofia da mente, que, *grosso modo*, é o estudo deste problema, é imperioso conhecer a origem do pensamento e da ciência modernos.

Historicamente, a Modernidade é compreendida como um momento de transição da Idade Média (séculos V-XV) para a Contemporaneidade. É, portanto, um período de declínio, ruptura e enfraquecimento para alguns setores e de ascensão para outros. No âmbito econômico, por exemplo, o modelo feudal foi, paulatinamente, perdendo espaço para o capitalista, com o desenvolvimento do comércio e da vida urbana. A estrutura social, antes estamentária, isto é, composta por três classes sociais que não se imiscuíam, a saber, o clero, a nobreza, e os servos, começou a se flexibilizar, à medida que a burguesia crescente rivalizava com a antiga nobreza medieval. O monopólio da Igreja Católica, maior instituição até então, enfraquecia-se vertiginosamente pelos movimentos de Reforma e pelo forte apelo racional que começou a surgir (CARAVALHO et al., 2005).

Estes são alguns exemplos das transformações econômicas, políticas e sociais que ocorreram na Modernidade. Quanto ao âmbito cultural não poderia deixar de haver rupturas igualmente estruturais. A principal causa para tais foi o deslocamento do que era considerado o centro. Enquanto para a sociedade feudal o teocentrismo era o modelo vigente, segundo o qual Deus era o centro do universo, e as causas tanto para fenômenos sociais quanto para naturais deviam ser atribuídas à divindade, a sociedade moderna instaura o modelo antropocêntrico, segundo o qual é o homem o centro do universo, sendo capaz de modificar o mundo através do conhecimento. Apoiado nesta mudança surge o humanismo renascentista.

De modo que duas noções fundamentais passaram a nortear o pensamento moderno: a ideia de progresso e a valorização da subjetividade (MARCONDES, 2010). Isto é, ao passo que, no período medieval, o tradicional ocupava um lugar de destaque, para o homem moderno este passa a ser o da inovação e o da individualidade. É neste ambiente propício que nasce a ciência moderna, buscando controlar a realidade através de métodos, técnicas, hipóteses etc.

A explicação científica modelar até o advento da revolução científica (século XVII) era o aristotélico, adotado pela Igreja e adaptado por filósofos como São Tomás de Aquino no período medieval (MARCONDES, 2010). O modelo aristotélico era geocêntrico, ou seja, atribuía à terra a posição de centro do universo, havendo no céu apenas esferas homocêntricas, isto é, todas com um centro em comum, o que reforçava a ideia de perfeição e harmonia do cosmo aristotélico, aceito pela Igreja.

O físico Copérnico vai de encontro a tal modelo (século XVI), defendendo a hipótese, por meio de cálculos, de que, em verdade, era o sol que ocupava um lugar central – modelo conhecido por heliocêntrico. Tal hipótese, aliada à posterior comprovação prática pelos experimentos de Galileu, além de enfraquecer a confiança popular na Igreja, contribui para a inversão de prioridades na metodologia científica: a partir deste momento, a observação, a verificação, a validação empírica de hipóteses passa a ser mais importante do que a dedução racional feita a partir de pressupostos metafísicos, como eram a harmonia e a perfeição no modelo aristotélico.

Por fim, outra transformação neste período contribuiu para a consolidação da ciência moderna: a valorização da ciência ativa em detrimento da contemplativa (MARCONDES, 2010). Na concepção antiga, o saber teórico e a técnica não se relacionavam, havendo uma valorização do primeiro em relação à segunda, ao passo que, neste período, a ciência passa a se coadunar às modernas técnicas que começam a surgir, buscando resolver problemas práticos da vida humana. Para tanto, a linguagem matemática é escolhida, por ser aquela que, de maneira mais eficaz, controla a realidade.

É neste momento, portanto, que o homem passa a interferir ativamente no mundo, submetendo as forças naturais aos seus desejos e necessidades. Tanto questões externas a ele, como o relevo, o clima e a organização urbana, quanto questões internas, como as emoções, os sentimentos e os pensamentos passam a ser objetos do seu estudo.

A partir daí, portanto, ciências como a neurologia, a neurociência e a psicologia moderna, tornam-se possíveis. Todas estas se inscrevem no escopo da ciência moderna de, mais que compreender, controlar o comportamento humano. Outro tipo de estudo, que, assim como estes, possui questões internas ao homem como objeto, porém sob o ponto de vista filosófico, é a filosofia da mente.

1.2 A FILOSOFIA DA MENTE

Mas, que exatamente é filosofia da mente? Poder-se-ia, inicialmente, afirmar que é o estudo das questões filosóficas concernentes à mente e suas propriedades. Analisando-se tal definição minuciosamente, entretanto, percebe-se que é insatisfatória, uma vez que implica uma reificação da mente, isto é, sua transformação em um objeto relacionado, seja por causalidade, seja por identidade, a outros como o corpo ou alguma parte deste – o cérebro, por exemplo (LOWE, 2004).

Ora, quando se diz que pessoas “possuem mentes”, tem-se a intenção de se referir mais a uma característica delas do que a algo que efetivamente possuem; por isso, dizer que elas são “mentalizadas” (*minded* ou *mindful*) seria uma solução correta. Um termo que abarca tudo o que possui tal característica é “sujeitos de experiência” (*subjects of experience*), sendo a filosofia da mente o estudo destes - do que são, de como podem existir e de como se relacionam com o mundo (LOWE, 2004).

Por ser de caráter filosófico, este estudo diferencia-se em diversas maneiras daquele conduzido por profissionais do estudo cognitivo-experimental (LOWE, 2004). A filosofia da mente volta-se para conceitos utilizados na caracterização dos sujeitos de experiência, tais como o de percepção, pensamento e intencionalidade (*intentional agency*), buscando analisar e criticar o sentido que assumem tanto no senso comum quanto no ambiente científico. Já profissionais como psicólogos, neurocientistas e outros, igualmente realizam estudos relativos aos sujeitos de experiência; com caráter empírico, contudo (LOWE, 2004).

Não obstante esta diferença, estes dois campos do conhecimento intercambiam informações, a fim de validar seus respectivos estudos. Assim como um psicólogo pode ser reflexivo e crítico a respeito do vocabulário técnico que utiliza, um filósofo, antes de lançar luz sobre determinada teoria científica, deve inteirar-se dela ao máximo. Por

exemplo, nas palavras do autor E. J. Lowe, “uma teoria científica da visão não é nem uma rival nem uma substituta para a análise filosófica do conceito de ver: mas uma terá mais credibilidade à medida que for compatível com a outra”¹.

Além de voltar-se para a análise de conceitos psicológicos, a filosofia da mente deve envolver-se com a metafísica, “sistemática investigação da mais fundamental estrutura da realidade”², envolvimento deveras rechaçado pela ciência moderna, e a ontologia, “o estudo de que categoria geral de coisas existe ou pode existir”³. Uma vez que a ciência experimental pressupõe uma base metafísica a partir da qual interpretar seus resultados e, sendo a filosofia da mente intrinsecamente relacionada a conceitos científicos, especialmente psicológicos, tal relação faz-se imperiosa. Não é equívoco afirmar, portanto, que a metafísica é o que torna compatíveis as observações e teorias de diferentes ciências (LOWE, 2004).

¹ “A scientific theory of vision, say, is neither a rival to nor a substitute for a philosophical analysis of the concept of seeing: but each will have more credibility to the extent that it is consistent with the other.” (LOWE, 2004, p. 3, tradução nossa).

² “Metaphysics (...) is the systematic investigation of the most fundamental structure of reality.” (LOWE, 2004, p. 4, tradução nossa).

³ “(...) *ontology*: the study of what general categories of things do or could exist.” (LOWE, 2004, p. 4, tradução nossa, grifo do autor).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O DUALISMO DE SUBSTÂNCIA

Dentre os metafísicos que mais influenciaram o imaginário moderno, Descartes, indubitavelmente, é aquele que mais se destaca. Relativamente à filosofia da mente, seu legado é ainda maior, uma vez que ele realizou uma importante investigação a respeito do problema mente-corpo, questão que, ainda hoje, é altamente controversa.

O assim chamado problema mente-corpo é o problema de como os sujeitos de experiência estão relacionados aos seus corpos físicos (LOWE, 2004). Para tal, diversas soluções foram e continuam sendo propostas: tanto as que sugerem que as pessoas são idênticas aos corpos ou cérebros que pertencem quanto as que, contrariamente, defendem a tese segundo a qual as pessoas são completamente distintas dos seus corpos, criando, desta maneira, uma dicotomia entre a materialidade corpórea e a imaterialidade subjetiva. A esta última defesa dá-se o nome de dualismo, sendo Descartes seu maior expoente.

Ele mantém que uma pessoa é uma substância imaterial, sendo dotada de características mentais, porém não físicas e, portanto, não apresentando partes, uma vez que é algo indivisível e composto de absolutamente nada. Para ele, enquanto o corpo possui extensão espacial, massa e localização física e as pessoas, como sujeitos de experiência, não possuem tais características, os sujeitos atingem estados de consciência, tais como pensamentos e sensações, a que o cérebro ou o corpo jamais atingiriam por conta própria (LOWE, 2004). Sua defesa vai tão longe, que chega a afirmar ser possível a existência humana em um estado totalmente descorporificado.

De modo que, para Descartes, o corpo ou qualquer parte deste não pode ser identificado com uma pessoa. Entretanto, por ser uma constatação que não tem encontrado alento nas modernas e recentes descobertas científicas, deve ser questionada. A tese segundo a qual uma pessoa é uma substância simples e indivisível deve ser igualmente considerada insuficiente (LOWE, 2004).

Caso fosse questionado a respeito da mudança que a perda de algum membro para uma pessoa enquanto sujeito de experiência representaria, provavelmente Descartes responderia que ela estaria perdendo alguma parte do seu corpo e não de si mesmo. Entretanto, não seria tão simples afirmar que a perda de uma parte do cérebro,

por exemplo, não implicaria modificação alguma em uma pessoa enquanto sujeito. A partir deste exemplo, é possível perceber que algumas conclusões a que Descartes chegou são, no mínimo, incompletas.

2.1.1 O interacionismo cartesiano

A teoria cartesiana, além de dualista, também é chamada de interacionista, ou seja, afirma que, a despeito do fato de que sensações sejam estados mentais de uma substância não física, imaterial, é possível que tais interajam, por causalidade, com estados físicos do corpo humano (LOWE, 2004). Esta defesa, muito controversa, por vezes foi considerada o ponto fraco da argumentação cartesiana, uma vez que se costuma considerar possíveis interações entre o que possui a mesma realidade objetiva, não sendo o que acontece entre aquilo que é imaterial e o que é material, denominado causação psicofísica (*psicophysical causation*).

Para Descartes, esta dava-se num órgão central denominado glândula pineal, a qual seria um centro de controle para o sistema nervoso inteiro. Descartes considerava tal sistema um conjunto de filamentos nervosos que conduziam para todo o corpo o “espírito animal” (*animal spirits*), o qual, quando passava pela glândula pineal, tinha sua direção subitamente modificada pela parte imaterial do sujeito, alterando, assim, a movimentação dos membros de uma pessoa (LOWE, 2004).

Contrariamente, quando o corpo humano sofre interferência de algum objeto externo a ele, o “espírito animal” movimenta-se, sendo conduzido à região central do sistema nervoso, onde, por influência desta parte imaterial, causaria nas pessoas sensações de dor, prazer, etc. segundo Descartes. Entretanto, para ele, a quantidade de “espírito animal”, manter-se-ia sempre constante, sendo apenas a direção a sofrer alteração, de modo que, na interação entre duas pessoas, caso uma tenha seu nível alterado, a outra, conseqüentemente, também teria (LOWE, 2004). A esta constância de quantidade de “espírito animal” dá-se o nome de lei da conservação (*conservation law*).

2.1.2 Principais críticas ao dualismo cartesiano

O filósofo David Chalmers classifica os problemas sobre a consciência em um fácil e outro difícil (LIMA, 2008). O primeiro refere-se a atividades que podem ser simuladas por uma máquina, tais como a habilidade de discriminar, categorizar e reagir a estímulos; o segundo, à experiência qualitativa do sujeito. Quando o sistema visual processa uma informação, por exemplo, isto é o problema fácil da consciência; entretanto, a experiência visual por que determinado sujeito passa é o problema difícil, o qual permanece sem explicação plena, não obstante a evolução dos recursos científicos.

Ainda que a ciência moderna não tenha chegado a uma resposta satisfatória ao problema difícil da consciência, é um consenso, especialmente entre a comunidade científica, que aquela oferecida por Descartes é extremamente insuficiente. Isto porque tem-se concluído que a dicotomia por este proposta entre corpo e sujeito é equívoca, uma vez que a subjetividade, entendida por ele como imaterial, relaciona-se, contrariamente, a bases físicas identificáveis.

Segundo o neurocientista António Damásio, a consciência representa a *sensação* de uma emoção, a qual seria uma estratégia evolutiva dos seres mais complexos, já que, conhecendo a emoção por que se está passando, se alcançariam mecanismos seguros que permitem reações específicas a cada uma delas (LIMA, 2008).

Neste processo, duas estruturas atuariam, a saber: o subcórtex, especialmente o sistema límbico, onde a amígdala e o cíngulo assumiriam significantes contribuições; e o neocórtex, uma região evolutivamente recente, presente apenas em animais complexos (LIMA, 2008). A primeira estrutura é responsável pelas “emoções primárias”, isto é, emoções inatas, pré-organizadas, compartilhadas por todos, tais como o medo, a raiva, a tristeza, entre outras. A segunda estrutura, por sua vez, é responsável pelas “emoções secundárias”, isto é, pela tomada de consciência de que se sente uma emoção primária. Segundo o referido cientista, portanto, enquanto a estrutura mais antiga relaciona-se à emoção; a mais nova, à razão.

Nas palavras do autor:

[...] se vier, a saber, que o animal ou situação X causa medo, você tem duas formas de se comportar em X. A primeira é inata, você não a controla; além disso, não é específica de X, pode ser causada por um grande número de seres, objetos e

circunstâncias. A segunda forma baseia-se na sua própria experiência e é específica de X. O conhecimento de X permite-lhe pensar com antecipação e prever a probabilidade de sua presença num dado meio ambiente, de modo a conseguir evitar X antecipadamente, em vez de ter de reagir a sua presença numa emergência (DAMÁSIO, 1996, p. 161, apud LIMA, 2008).

Alguns estudos que relacionam atividades de determinadas regiões cerebrais a emoções demonstram a validade do excerto acima. Por exemplo, em 1932, o neurologista Breckner, realizando uma cirurgia de retirada de um tumor cerebral que pressionava os lobos frontais, retirou também uma parte destes. Observou-se, depois de certo tempo, sinais de embotamento afetivo, ausência de empatia, de sensações de angústia, tristeza, vergonha e outras ante os acontecimentos (LIMA, 2008).

Heinrich Klüver e Paul Bucyl (1973) também concluíram que pacientes submetidos ao procedimento de lobotomia frontal, que consiste na interrupção das vias que ligam o lobo frontal ao tálamo, apresentavam embotamento afetivo e transtornos emocionais posteriormente à intervenção cirúrgica (LIMA, 2008).

Deste modo, percebe-se que determinadas alterações biológicas produzem um “estado emocional do corpo”, nas palavras de Damásio. Esta visão vai frontalmente de encontro àquela preconizada por Descartes. Segundo este último, emoções, sentimentos, sensações, são experienciadas pelos sujeitos, e, portanto, são entidades desencarnadas, etéreas, imateriais (LIMA, 2008). Ainda que a ciência não seja capaz de resumir tais entidades a substratos físicos, é inequívoco afirmar que estas não podem ser segregadas de maneira tão dicotômica do âmbito material da existência, tal qual defende Descartes.

Por este motivo, as reminiscências do pensamento cartesiano, as quais parecem ainda atualmente fazer parte de um espectro de crenças aceitas socialmente, ainda que não de maneira reflexiva, tem sido questionadas e criticadas. Examinemos, pois, o simétrico oposto ao dualismo de substância: a doutrina ficalista.

2.2 O FISCALISMO

2.2.1 Definição

O fiscalismo é definido como “um programa metafísico e epistemológico guiado pela visão de que tudo é uma manifestação dos aspectos físicos da existência”⁴, que, a despeito de ter se difundido nos últimos tempos, e, desta maneira, alterando-se, tem na antiguidade sua origem (POLAND, 1994). É importante compreender que, ainda que esta posição filosófica assemelhe-se a outras como o realismo, o naturalismo, o empirismo e o materialismo, algumas diferenças cruciais permitem sua caracterização enquanto tal (KIM, 2010).

Poder-se-ia diferenciar a defesa de uma unidade e uma unificação das ciências. Falar em ciência unitária significa defender uma linguagem, um modelo ou uma base única capaz de ser utilizado por todos os ramos da ciência; no caso do fiscalismo, tal modelo seria o físico. Por outro lado, defender uma ciência unificada significa reconhecer que, não obstante as diferenças das diferentes áreas da ciência, existem princípios básicos que as relacionam. Enquanto a primeira (ciência unitária) é eliminatória, isto é, defende uma ciência (a física) em favor de outras, a segunda (ciência unificada) defende que há uma ciência (a física) a partir da qual todas as outras, de alguma maneira, se relacionam. (POLAND, 1994).

Defender uma unificação e não uma unidade das ciência, a partir da física, eis o escopo primordial do fiscalismo. Deste modo, uma definição mais completa deste seria: “um programa de unificação estrutural, não-eliminatório, que concede à física uma espécie de privilégio”⁵. Tal privilégio dá-se nos níveis da ontologia, da objetividade e da explicação, o que, a despeito das diferenças entre os autores da área, é um consenso (POLAND, 1994).

Sob o ponto de vista da ontologia, o fiscalismo defende que qualquer objeto ou atributo depende de (ou é percebido por) objetos ou atributos físicos. Neste ponto, o fiscalismo pode ou não se diferenciar das teorias identitárias, segundo as quais tudo é

⁴ “(...) physicalism – a programme guided by the view that everything is a manifestation of the physical aspects of existence.” (POLAND, 1994, p.1, tradução nossa).

⁵ “(...) programme physicalist (...) is a general programme of non-eliminative, structural unification that accords a certain sort of privilege to physics.” (POLAND, 1994, p.13, tradução nossa).

estritamente idêntico a uma base física, podendo, de acordo com a aproximação com elas, ser considerado reducionista ou não-reducionista.

Hellman e Thompson (1975) propuseram a tese do “fiscalismo ontológico”, segundo a qual “todo objeto no espaço-tempo é uma partícula básica da matéria ou é uma estrutura agregada composta exclusivamente de tais partículas.” (KIM, 2010). Neste sentido, qualquer ente, tais como divindades sobrenaturais, almas cartesianas, forças vitais etc., que não esteja inscrito nesta delimitação tem a sua existência veementemente negada pelo fiscalismo.

Sendo a ontologia um estudo que se refere ao ser em geral, ao ente, à essência e, portanto, aos aspectos não-físicos da existência, é inequívoco afirmar que o “fiscalismo ontológico” é, em verdade, uma anti-ontologia por excelência, na medida em que a nega, se opõe a ela e a combate.

Isto não significa que o fiscalismo não possa aceitar relações, propriedades e objetos não-físicos. Por exemplo, entidades imateriais, segundo o fiscalismo, não existem em si mesmas, mas podem ser reais em instituições sociais, obras artísticas etc. e, portanto, estarem, de algum modo, relacionados a uma base física (POLAND, 1994).

Sob o ponto de vista da objetividade, o fiscalismo defende que apenas “verdades físicas e fatos preveem as condições para verdades e fatos objetivos”⁶, isto é, que fatos físicos determinam todos os fatos. Objetividade aqui é compreendida ora como factualidade, isto é, aquilo que acontece independentemente do interesse, da atividade e do conhecimento humano, ora como conhecimento intersubjetivo, aquele obtido como o resultado de um consenso dentro de uma comunidade.

Sob o ponto de vista da explicação dos fenômenos, defende-se que deve haver um sistema de explanação unificado em que o conhecimento seja organizado de modo hierárquico, sendo a física sua base, isto é, sendo, em última análise, a explicação plausível do motivo por que um fenômeno ocorre ou uma regularidade se mantém, formando, assim, uma cadeia hierárquica (POLAND, 1994). Esta cadeia, em alguns casos, pode ser extremamente curta e diretamente relacionada à física, como, por exemplo, a explicação de uma ligação química, ou muitíssimo longa e distante da sua base física, como a explicação de fenômenos sociais e psicológicos, por exemplo.

⁶ “(...) physical truths and facts provide the condition for all *objective* truths and facts.” (POLAND, 1994, p.19, tradução nossa, grifo do autor).

2.2.2 Classificações do fisicalismo

Não obstante o consenso presente entre fisicalistas quanto à negação de tudo que não possa, em alguma medida, relacionar-se a uma base física, há diversas subdivisões nesta doutrina relativamente às propriedades físicas. Isto é, classificam-se propriedades entre as de primeira ordem, ou seja, aquelas que, claramente, são físicas, tais como massa, energia, temperatura etc., presentes que estão na física corrente; e as de segunda ordem, por envolverem questões biológicas, psicológicas e cognitivas (KIM, 2010).

O fisicalismo reducionista defenderá a possibilidade reduzir tais propriedades de segunda ordem em propriedades de primeira ordem. Contrariamente a esta corrente, o fisicalismo irreducionista (também denominado dualismo-propriedade) defenderá que propriedades de segunda ordem formam um conjunto autônomo, para o qual deve haver ciências “especiais”, tais como a psicologia, que o explique, em termos que, nem sempre, são estritamente físicos (KIM, 2010).

Além destas, existe a teoria da identidade mente-cérebro, segundo a qual para toda propriedade psicológica existe um substrato neural que a correlaciona. Desta maneira, assim como se descobriu que o que se denomina água é um agregado de moléculas de Hidrogênio e Oxigênio (H_2O), o aparato psicológico humano não passa de um conjunto de interações neurais identificáveis que geram estados mentais (KIM, 2010).

Dentro do fisicalismo irreducionista, existem o emergentismo e o funcionalismo (KIM, 2010). O primeiro defende que propriedades de segunda ordem, especificamente a consciência e a intencionalidade, ainda que se apresentem apenas quando um conjunto de condições físicas exista, são emergentes, isto é, não podem ser previstas nem explicáveis por suas condições físicas subjacentes.

O segundo, por sua vez, contrapõe-se ao fisicalismo reducionista na medida em que nega a mera identificação de estados mentais a estados neurais. Segundo o funcionalismo, propriedades de segunda ordem são tipos funcionais, determinados por *inputs* físicos que, por sua vez, geram *outputs* comportamentais. Quando, por exemplo, uma pessoa tem a sensação de dor, isto foi causado por um *input*, isto é, uma propriedade física, como um dano tecidual, que promove um *output*, isto é, uma

consequência comportamental no sujeito, como um gemido, a necessidade de socorro, retraimento etc. Entretanto, uma vez que pode haver diversos *inputs* que causem um mesmo *output* e, contrariamente, vários *outputs* podem ser determinados por um mesmo *input* (argumento da realização múltipla), é equívoco defender a teoria da identidade mente-cérebro e qualquer tipo de redução da atividade psicológica humana, já que esta é determinada por “realizadores físicos múltiplos” e não específicos, como sugerem as teorias reducionistas (Kim, 2010).

Apesar destas controvérsias existentes no fisicalismo, existe uma característica comum a todas, a qual permite sua inscrição em um mesmo sistema filosófico, a saber: a subordinação de propriedades psicológicas a propriedades físicas. Ainda que o fisicalismo irreducionista, por exemplo, afirme que as primeiras são irredutíveis às segundas, defende que há uma relação de dependência entre elas, sendo o caráter psicológico de um sujeito apenas possível por sua existência física, nunca segregado desta, como sugere o dualismo cartesiano.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado, é possível concluir que, em filosofia da mente, nem sempre discutir a respeito de uma problemática significa chegar a uma resposta indelével para ela. Isto não é negar, entretanto, a validade deste estudo filosófico. Percebe-se que, relativamente à possibilidade de identificar estados mentais a entes materiais ou imateriais, por exemplo, diversas soluções foram e continuam sendo apresentadas. Nenhuma delas, contudo, atingiu um nível consensual de aceitação entre seus estudiosos.

É possível afirmar que, no período histórico contemporâneo, a atividade empírica tem sido superestimada, enquanto a teórica, subestimada. Sendo precisamente na interseção entre elas que a filosofia da mente se apoia, sua relevância não pode ser desprezada.

A execução da atividade científica moderna, cujos pressupostos encontram-se na matematização do conhecimento, validação empírica de hipóteses, busca de intervenção dos aspectos tanto extrínsecos quanto intrínsecos ao homem, entre outros, parece ter desprezado a reflexão filosófica. Sua única preocupação é a modificação efetiva da realidade, não buscando, para tal, a compreensão da realidade, de como a humanidade se inscreve nesta, nem dos limites máximos que a intervenção dela pode atingir. Esta compreensão integra-se justamente ao escopo da filosofia da mente, de modo que seu estudo deve ser valorizado, a fim de que, concomitantemente ao avanço científico moderno, o entendimento dos aspectos humanos seja visado.

Especificamente quanto à dicotomia apresentada dualismo-fisicalismo, é impossível chegar a uma conclusão. Ao que parece, entretanto, a argumentação cartesiana relativamente à submissão do âmbito físico ao subjetivo da existência tem sido considerada obsoleta do ponto de vista científico, por não encontrar alento nas comprovações científicas, as quais, paulatinamente, vêm correlacionando estados físicos a estados mentais.

O fisicalismo, por sua vez, igualmente apresenta-se insuficiente para o alcance de um consenso sobre sua validade, não somente porque sua defesa, por vezes, parece exagerada, como também porque uma doutrina que defende a unificação das ciências por um modelo único, porém que apresenta tantas divisões internas, aparentemente incorre em contradição. Vale reiterar, entretanto, que a insolubilidade das questões

filosóficas concernentes à mente não são justificativa plausível para rechaçar sua importância.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Ivone de; LIMA, Lizânias de Souza; PEDRO, Antônio. **História do mundo ocidental**. 1ª ed. São Paulo. Editora FTD. 2005.

KIM, Jaegwon. **Fisicismo**. Disponível em: <<http://criticanarede.com/fisicismo.html>>. Acesso em 12/10/2011

LIMA, Orion Ferreira. **Alcances e limites da neurobiologia das emoções e dos sentimentos**. 2008. Disponível em: <www.filosofiadamente.org/images/stories/textos/neurobiologia.doc>. Acesso em 09/11/2011

LOWE, E. Jonathan. **An introduction to the philosophy of mind**. Cambridge. Editora Cambridge University. 2004.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro. 13ª ed. Editora Jorge Zahar. 2010.

POLAND, Jeffrey. **Physicalism: the philosophical foundations**. New York. Editora Oxford University. 1994.